CELSO EDUARDO SANTOS DE MELO

**RACISMO E VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS PELA
INTERNET –**

Estudo da Lei Nº 7.716/89

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ORIENTADOR: PROF. TITULAR ENRIQUE RICARDO LEWANDOWSKI

**FACULDADE DE DIREITO DA USP
SÃO PAULO**

2010

CELSO EDUARDO SANTOS DE MELO

**RACISMO E VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS PELA
INTERNET –
Estudo da Lei Nº 7.716/89**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, sob a orientação do Prof. Titular Enrique Ricardo Lewandowski

**FACULDADE DE DIREITO DA USP
SÃO PAULO
2010**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Celso Eduardo Santos de Melo

Racismo e violação aos Direitos Humanos pela Internet – Estudo da Lei Nº

7.716/89

Dissertação de mestrado apresentada à comissão de pós-graduação da Faculdade de Direito “Largo de São Francisco” da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Assinatura _____

DEDICATÓRIA

A meus pais, Cicera e Antonio, sempre minhas fontes de vida e inspiração.

Em especial, a minha Rainha Mãe, em homenagem ao seu 70°. aniversário.

AGRADECIMENTOS

Profundo agradecimento ao meu orientador, Professor Enrique Ricardo Lewandowski, pela oportunidade e por acreditar em meu trabalho, compartilhando comigo seus conhecimentos.

À Professora Eunice, pela disposição e auxílio em pesquisa.

A minha família, que apoiou minha trajetória nos estudos.

Aos meus sempre amigos Mauro, Didier, Silvia, Manoel, Bernardo e tantos outros que colaboraram comigo em pesquisa, em apoio e em carinho.

Aos funcionários da Faculdade de Direito, sempre prestimosos

RESUMO

Este trabalho tem como objeto específico o estudo da Lei nº 7.716/89, sobretudo o artigo 20, relativo às condutas tipificadas como crime de racismo quando praticadas utilizando-se como meio de publicação a Internet. Diante desse desafio, foi preciso verificar o histórico da questão das relações raciais no Brasil, bem como as previsões atuais de proteção do Estado contra as formas de discriminação racial. Em vista do meio utilizado na prática de condutas delituosas, a internet, foi necessário tecer um estudo eficaz do meio eletrônico, bem como do que comumente já se chama de sociedade da informação, para se compreender o alcance dos crimes eletrônicos. Trata-se a presente pesquisa de uma investigação bibliográfica quanto ao racismo sob a perspectiva de violação aos Direitos Humanos, desenvolvendo-se por meio de uma análise dos institutos jurídicos aplicáveis contra as formas de discriminação na Internet no Brasil. Mediante o exposto, um estudo do direito comparado no que tange à matéria foi pertinente para se compreender como os Estados têm enfrentado o problema e firmado suas obrigações em prol da igualdade e erradicação do racismo e discriminação em seus territórios. Por fim, o estudo do diploma legal pátrio e seu sustentáculo ideológico: o bloco de constitucionalidade e princípios fundamentais. Diante destas investigações, foi possível concluir que as violações aos direitos humanos com condutas discriminatórias praticadas com uso da internet são aplicáveis as disposições normativas incriminatórias previstas pelo diploma legal em análise, firmando o Estado brasileiro, por meio de um aparato repressivo-punitivo, seu compromisso de erradicar o racismo e todas suas formas de discriminação.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Racismo. Lei 7.716/89. Crime. Internet.

ABSTRACT

This research has as specific object the study of the Law nº 7,716/89, above all article 20, related to the typified behaviors as crime of racism when practised using the Internet as a way of publication. Ahead of this challenge, it was necessary to verify the historical of the question of the racial relations in Brazil, as well current forecasts of protection of the State against the forms of racial discrimination. In sight of the way used in the practical of delictual behaviors, the Internet, was necessary to weave an efficient study of the electronic way, as well as of what commonly is called society of the information, to understand the reach of the electronic crimes. The present research is a bibliographical inquiry about racism under the perspective of Human Rights violation, developing itself by the analysis of the applicable legal juridical codes against the forms of discrimination in the Internet in Brazil. According to this, a study of the comparative jurisprudence referent to the matter, it was pertinent to understand how the States have faced the problem and firmed its obligations in favor of the equality and eradication of racism and discrimination in its territories. Finally, the study of the native statute and ideological basis: the block of constitutionality and fundamental principles. Ahead of these inquiries, it was possible to conclude that the violations of the human rights with discriminatory behaviors throughout the Internet are applicable the incriminatory normative disposals by the statute in analysis, firming the Brazilian State, through a repressive-punitive apparatus, its commitment to eradicate racism and all its forms of discrimination.

Key-words: Human Rights. Racism. Law 7.716/89. Crime. Internet.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
 CAPÍTULO I. AS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL.....	12
1.1. Considerações iniciais	12
1.2. Racismo, preconceito e discriminação racial.....	14
1.3. Refletindo sobre <i>representações</i>	19
1.4. Reconhecimento das desigualdades raciais no Brasil.....	23
 CAPÍTULO II. OS DIREITOS HUMANOS E O COMBATE AO RACISMO	30
2.1. Os Direitos Humanos e o racismo: breves considerações	30
2.2. Quadro interpretativo da proteção jurídica contra o racismo no Brasil.....	40
2.3. Os direitos fundamentais e a vedação ao racismo no Brasil.....	42
 CAPÍTULO III. INTERNET E RACISMO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICOS.....	48
3.1. Internet: a rede mundial de computadores e o Direito.....	48
3.2. Sociedade da informação e seus riscos.....	52
3.3. Internet e criminalidade eletrônica	58
3.4 Crimes eletrônicos de racismo.....	62
 CAPÍTULO IV. CRIMES ELETRÔNICOS DE RACISMO E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL.....	66
4.1. O papel do Estado: medidas de combate ao racismo na Internet.....	66
4.2. Panorama das obrigações de Estados frente ao racismo na Internet.....	69
4.3. Lei 7716/89 e a interpretação dos crimes de racismo no Brasil	71
4.4. Crimes eletrônicos e aplicabilidade do artigo 20 às condutas discriminatórias na Internet.....	78
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

INTRODUÇÃO

A discussão hodierna quanto à aplicação de políticas públicas de ação afirmativa com recorte racial, postas em xeque pelos seus opositores com o argumento de não existência de raças – e muito menos de racismo –, e que a possível prática afirmativa, com fulcro no direito à autodeterminação enquanto membro de determinada raça, poderia gerar choques e acirramento de fato com ânimos raciais, dividindo-se a sociedade entre negros e não- negros, tem causado temor de se estar ferindo o princípio constitucional da igualdade.

Neste contexto, temas como racismo, discriminação e preconceito racial, têm sido amplamente debatidos em busca de soluções para o impasse instaurado. O Direito, como elemento decisório na solução de conflitos, não poderia ficar alhures a esta polêmica. Tendo em vista que a discriminação racial é uma violação da norma preceito que fere os princípios constitucionais de igualdade e dignidade da pessoa humana e a estrutura jurídica constitucional hoje em vigor de combate à discriminação, é de relevante importância o estudo da Lei nº. 7.716/89, principalmente quanto à aplicabilidade do artigo 20 pela amplitude de seu sentido normativo.

Há permanência de estereótipos racistas em pleno século XXI, sendo uma das dilemáticas mais persistente ao longo da história humana: o conflito das relações raciais. Um conflito que para ser compreendido precisa perpassar por conceitos de raça e racismo, e suas expressões: o preconceito e a discriminação. A insciência da interação dos seus conceitos informadores com os efeitos dessa relação comina à sociedade com a desigualdade entre os sujeitos.

O descaso jamais pode existir por parte do Estado em implementar medidas que diminuam o impacto da desigualdade com fulcro racista na qualidade de vida da população nacional.

Daí a necessidade de se estudar a formação das ideias de relações raciais no Brasil, sobre os conflitos e as relações sociais que influenciaram não só na formação jurídica do sujeito, como na construção valorativa da teoria e prática jurídicas, vistos sob a perspectiva do Direito, assim como por meio de referenciais: históricos, sociológicos e antropológicos.

Uma análise apurada do processo histórico que gerou a exclusão dos sujeitos em termos raciais dos processos decisórios, em sentido lato, inclusive justificado pelo Direito, deixa claro que o racismo e a discriminação encontraram embasamento na ideologia dominante ao longo dos tempos.

Há, por muitos, uma negação do fenômeno de discriminação racial, desconsiderando-se que das desigualdades existentes no país, a desigualdade racial é uma das diretrizes deste processo de exclusão. Afetando a todos, o racismo e a discriminação racial têm resultados para toda a sociedade.

No Brasil, as leis e os códigos normativos destacam-se como a principal fonte jurídica, logo em seguida, pelo grau de importância, há a doutrina e a interpretação das leis. Neste caso, vem a lume a dúvida de como incorporar a percepção de racismo ou etnicidades a um sistema de normas que conjuga ao lado de instrumentos jurídicos contemporâneos, como a Lei 7.716/89, outros diplomas legais editados no início do século XX, que revelam tensões e conflitos valorativos.

Esses conflitos valorativos são objeto da atividade do interprete do direito, em especial da doutrina e dos órgãos aplicadores e administradores do Direito (fundamentalmente do Poder Judiciário) que fazem suas escolhas jurídico-políticas.

Neste contexto, devem ser repensadas a condição histórica dos sujeitos e a prevalência dos princípios constitucionais e de outros instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos aos grupos vulneráveis neste processo de exegese.

Quanto às obrigação do Estado em promover a igualdade e repudiar o racismo, conforme os objetivos traçados em seus princípios fundamentais, bem como as obrigações perante os sujeitos e seus direitos fundamentais, quanto perante a ordem internacional e os compromissos firmados em documentos dessa ordem, decorre a importância do estudo deste trabalho.

No Capítulo I são analisadas questões pertinentes à interpretação dos conceitos básicos de racismo, discriminação e preconceito e sua aplicação às relações raciais no Brasil. Neste contexto, são verificadas as etapas das relações raciais no Brasil como tributárias das desigualdades verificáveis em termos raciais atualmente, e como as representações sociais contribuem para a verificação de preconceito que culmina em discriminação.

Quanto ao Capítulo II, discorre-se sobre os direitos humanos e o tema do racismo, defendendo o direito à não-discriminação como direito fundamental, argumentando com as previsões de tutela da igualdade em direitos humanos e do princípio da igualdade e da garantia de não-discriminação racial com a vedação ao racismo no plano dos direitos fundamentais no Brasil.

Da análise dessas questões, é possível constatar a verificação de violações de direitos humanos na internet, as quais ocorrem na forma de condutas de disseminação de informações de cunho racista na forma de discursos igualmente racistas. Com esta exurgência de modernas formas de discriminação com uso das tecnologias da informação, trata-se no Capítulo III da sociedade da informação e dos riscos que são gerados a todos num mundo globalizado.

No âmbito dessa sociedade, com o uso da informática hodiernamente, em especial das redes de computadores, como por exemplo a internet, são analisados a criminalidade no ambiente virtual e o problema do racismo na internet pela gramática dos direitos humanos em âmbito internacional, e pelos direitos fundamentais, no âmbito nacional. Neste capítulo, ainda, discorre-se sobre o crime eletrônico, caracterizando-o pelo conceito formal-material, e se apresenta a vertente delituosa de racismo com o uso das redes de computadores.

Dispor material de forma apologética ao racismo na internet caracteriza-se como violação aos direitos humanos, segundo os documentos internacionais, em especial a Convenção Internacional Relativa à Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial da ONU (CERD). Diante de tal realidade, os Estados têm se pronunciado quanto às condutas de racismo na internet com alguma regulamentação da rede ou aplicação de legislação anti-racismo.

No caso do Brasil, as obrigações do Estado contraídas em documentos internacionais cujo compromisso, resumidamente, correspondem medidas de promoção à igualdade, à prevenção e à repressão de discriminações em termos raciais.

Quanto ao suporte jurídico, é apresentada a estrutura jurídica anti-racismo que compõe a vis diretiva da Lei 7.716/89, ou seja, o bloco de constitucionalidade composto por direitos fundamentais ligados ao princípio da igualdade, formalizados na Constituição Federal de 1988, e dos documentos de direitos humanos ratificados.

No Capítulo IV, sobre os crimes eletrônicos de racismo no Brasil e a aplicação da Lei 7.716/89, discorre-se sobre a interpretação do que é racismo para a Lei 7.716/89, e como as obrigações do Estado, em termos de prevenção e repressão do racismo, podem ser cumpridas com o referido diploma. Neste capítulo suscita-se que as desigualdades materiais geradas pelas relações raciais no Brasil (Cap. I), vistas pela interpretação dos direitos humanos (Cap. II), caracterizam estas desigualdades decorrentes de tais relações como violadoras de direitos humanos. Tendo em vista a sociedade de risco com a malversação das tecnologias da informação em prol de violações destes direitos, é notável o dever de todos no combate às novas formas de manifestação do racismo no mundo.

Como a sociedade da informação está interligada em torno de todas as informações que percorrem as redes, sendo estas aproveitadas como novos conhecimentos, os casos de crimes de racismo praticados na internet contribuem para fomentar a discriminação e violação ao bem jurídico fundamental protegido e para a manutenção do discurso racista.

Neste aspecto, também se verifica que as representações sociais são alimentadas de preconceitos que culminam numa formação de opinião de que as desigualdades são naturais ou recepcionadas com naturalidade, haja vista que com uma ideologia racista promove-se a desigualdade e a diferenciação, culminando até em promoção do ódio racial. Utilizando-se da internet para essa finalidade apológica ao racismo, caracteriza-se a conduta que o legislador previu em termos de punição mais aflitiva ao agente. Destas considerações, classifica-se o crime de racismo praticado na internet como crime formal, de mera conduta, qualificado pelo evento da publicação.

O debate sobre racismo, discriminação e preconceito racial traz á tona a discussão quanto aos conceitos e elementos de convencimento envolvidos na questão de proteção da igualdade que possam servir de subsídio ao Direito na solução de conflitos decorrente de relações raciais. Por consequência, o Direito tem de se manifestar quanto às violações do princípio da igualdade e vedação ao racismo com base na sua estrutura jurídica nacional de combate ao racismo, cuja expressão especial é a Lei nº. 7.716/89.

Enfrentar os desafios e os obstáculos à aplicabilidade do artigo 20, como meio de efetividade dos direitos por ele protegidos é papel do Estado, da sociedade civil e do Direito. Neste aspecto, e por tudo exposto acima, justifica-se o na proteção dos Direitos Humanos e, sobretudo, para colaborar nos estudos e debates sobre inclusão social no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tributária de uma relação racial confusa, em que se prega a democracia racial, mas se verificam desigualdades materiais que são estatisticamente marcadas por gradientes, é possível constatar indícios de discriminação em relação a determinados sujeitos em torno de critérios raciais no Brasil.

É notória a contribuição histórica que o passado escravista e colonial trouxe ao repertório de identidades e papéis sociais no país de hoje. As etapas pelas quais podem ser analisadas as relações raciais no Brasil demonstram, em análise dos sujeitos que ocupam estatisticamente as posições mais frágeis atualmente, que há um recorte social bem próximo dos quadros sociais anteriormente verificados, numa constatação de reprodução das desigualdades anteriormente estabelecidas.

Com fulcro nas concepções deste passado escravista e colonial, tecem-se estereótipos e preconceitos que podem ser verificados nas representações sociais dos indivíduos conforme a matriz de formação racial: o branco, o negro e o índio. Estas representações sociais são indicadores do que se pensa, do que se julga real ou verdadeiro, condicionando ações sociais práticas.

A contribuição históricas das relações raciais para formação do teor dessas representações sociais colabora para a manutenção das diferenças, podendo inclusive servir de argumento a uma dominação justificada dos sujeitos identificados como inferiores, menos aptos, menos desenvolvidos. O resultado dessa operação é tratar com naturalidade as desigualdades que são estabelecidas com esta fundamentação ideológica.

O racismo como construto cultural tem seu cunho firmado em teorias e concepções que pregam a inferioridade de certas pessoas por critérios de marca ou de origem. Estando presente na cabeça das pessoas é alimentado por informações e conceitos que possam converter-se em conhecimentos.

Considerando a atual sociedade da informação e a importância dos meios de comunicação, sobretudo aqueles ligados à informática, como as redes de computadores, e os riscos de perigos potencializados pela interação dos sujeitos devido à globalização, ressalta-se a importância da proteção dos sujeitos frente a condutas que atentem contra o tratamento igualitário. A importante contribuição dos direitos humanos na construção do

princípio da igualdade, em longo processo histórico de reconhecimento, não pode ser posta em risco pela negligência do Estado quanto a suas obrigações.

Orientado pela fundamentalidade desses direitos, reconhece o Estado que os direitos fundamentais precisam a todo momento ser reconhecidos e reafirmados. Nesse aspecto, deve proteger a eficácia desses direitos, atuando ou se abstendo sempre que necessário a plena aplicabilidade destes direitos.

O racismo é vedado em termos de afronta à igualdade da dignidade da pessoa humana, de modo que os Estados são orientados a erradicar o racismo e eliminar toda e qualquer forma de discriminação ou preconceito racial. Tais compromissos foram estabelecidos por meio de documentos internacionais derivados do consenso e das deliberações dos Estados. São participativos, adesivos, discutidos e não impostos.

Ao assumir o compromisso, os Estados se obrigam no intuito comum de vedar o racismo e fazer o necessário para coibi-lo. A vertente, em suma, dessa obrigação se reparte em três orientações de conduta: prevenção e repressão à desigualdade e discriminação; e promoção da igualdade.

A obrigação do Estado no combate ao racismo tem sua fonte nos direitos humanos, com escopo de promover a igualdade, prevenir e reprimir as condutas preconceituosas e de discriminação racial. O fundo normativo depende da indivisibilidade desses direitos, sendo compreendidos pela ordem interna e internacional com orientação na defesa da dignidade da pessoa humana.

Quanto à prevenção e repressão ao racismo, o Estado brasileiro tem utilizado medidas punitivas, em termos de repressão, e das recomendações de educação contra o racismo, para a prevenção e promoção da igualdade.

A prática de racismo e suas vertentes levam ao óbice de efetivação dos direitos e eficácia dos mesmos por todos os indivíduos da sociedade, conseqüentemente estende-se essa obstrução a efetividade da democracia e da igualdade.

Portanto, compreende-se por violação o descumprimento de qualquer dos direitos protegidos e reconhecidos como inerentes à dignidade da pessoa humana. Ao se proteger o princípio da igualdade, conforme o *caput* do artigo 5º, e prevendo garantia a esse direito no inciso XLII, é de se reconhecer que toda prática de racismo, nos termos da lei, como fato típico, estabelecido no teor da Lei 7.716/89, é uma lesão aos direitos humanos, posto

que atinge bem jurídico protegido inerente a todo e qualquer ser humano, tendo o Estado fundamentalmente reconhecido-o como direito essencial, cuja orientação é a eliminação todas as formas de racismo.

Como o Brasil, outros países também se orientam por essa oposição ao racismo, trazendo em seus ordenamentos jurídicos nacionais leis que punem delitos que estimulem ou propaguem ideias de segregação racial, estimulando assim o convívio harmônico entre os grupos sociais e sua solidariedade para com outro. O sentido de valorizar a igualdade entre os sujeitos como membros da espécie humana é um dos pressupostos de se garantir a validade do entendimento de dignidade da pessoa humana como sustentáculo ao reconhecimento de direitos humanos.

Sobre a interpretação moderna do racismo, as noções de raça estabelecem-se em termos culturais, porquanto cientificamente, em termos biológicos, não só verifica-se a inexistência de raças, como se verifica que , como no Brasil, há entendimentos culturais bem plantados de miscigenação, que irão fundamentar a representação do sujeito de uma ou de outra raça conforme fatores fenotípicos ou de origem. Daí proteger os sujeitos quanto ao discrimem de origem e de cor.

Inobstantemente, a constituição cultural dos fundamentos do racismo, em teorias e concepções, abrange outros elementos ilegítimos, sempre orientados a inferiorizar o diferente. Neste sentido, compreende-se o racismo como uma preferência de determinados homens em termos de sua descendência ou origem regional, nacional ou étnica, bem como sua aparência física baseada em algum critério racial, sua cor ou seu credo.

Numa sociedade atualmente qualificada pela informação e suas tecnologias, decorrem importantes considerações quanto aos riscos gerados pela constante interação dos sujeitos. Os membros de uma sociedade podem ser afetados por perigos que nem sempre estão em seu alcance real, mas possibilitada a exposição ao risco pelo alcance virtual da informação.

As redes de computadores aproximam as pessoas, mas também podem afastá-las. Considerando suas ferramentas modernas - de multimídia, de imediaticidade, de simultaneidade, de amplo acesso a informação-, trafega-se na rede de modo sem limites, aparentemente. É nesse ponto residem benesses e malefícios. Deste ponto surge a modalidade de criminalidade eletrônica, com condutas que afetam diversos bem

jurídicos. Alguns desses bens jurídicos estão legalmente protegidos, inclusive com a cominação de penas, como o crime eletrônico de racismo.

Quanto ao crime eletrônico de racismo, é entendido como crime de racismo segundo a legislação nacional vigente, considerando o princípio da territorialidade, quando praticado tendo a internet como suporte para meio de execução do delito.

Este crime pode ter o computador como meio de execução descrito no tipo específico, ou ser praticado por qualquer outro meio. No caso da legislação brasileira, a conduta de praticar, instigar, induzir o preconceito e discriminação racial como crime eletrônico, subsumir-se-ia ao tipo descrito no artigo 20, qualificado pelo §2º, da Lei 7.716/89.

Analisando a legislação específica e a *vis diretiva* de vedação ao racismo, é possível reafirmar o compromisso do Brasil com a erradicação desse tipo de conduta segundo as orientações dos direitos humanos. O comportamento dos sujeitos deve ser sempre em prol do pleno desenvolvimento das pessoas, na garantia de oportunidades e igualdade de desenvolvimentos das potencialidades de cada um. Neste sentido é preciso defender a cada um reconhecendo suas potencialidades individuais e proteger o tratamento igualitário com sede na dignidade da pessoa humana presente em todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 43, nov. 1995.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer*. Belo Horizonte: Ed. da., UFMG, 2002.

ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros Ed., 2008.

ALMEIDA FILHO, Agassiz. *Sociedade e cultura em evolução*. Campinas: Edicamp, 2004.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (notas para uma investigação). In: ZIZEK, Slavoj (Org). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ALVES, José Augusto Lindgren. A conferência de Durban contra o racismo e a responsabilidade de todos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, São Paulo, ano 45, n. 2, 2002.

_____. *Os direitos humanos na pós-modernidade*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. *Os direitos humanos como tema global*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

ASHWORTH, Andrew. *Principles of criminal law*. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2003.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Eliane. *Raça. Conceito e preconceito*. São Paulo: Ática, 1990.

BADILLO, Jalil Sued. Igreja e escravidão em Porto Rico no século XVI. In: PINSKY, Jaime et al. (Orgs). *História da América através de textos*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

BANTON, Michael. *A ideia de raça*. Lisboa: Ed.70, 1977.

BARATTA, Alessandro. Criminologia e dogmática penal: passado e futuro do mo delo integral da ciência penal. *Revista de Direito Penal*, Rio de Janeiro, n. 31, jan./jun. 1981.

_____. Defesa dos direitos humanos e política criminal. *Revista Discursos Sediciosos*, ano 2, n. 3, p. 57-69, 1997.

BARATTA, Alessandro. Principi del diritto penale minimo: per una teoria dei diritti umani come oggetti e limiti della legge penale. *Dei Delitti e delle Pene*, Bari, v. 3, set./dic. 1985.

_____. *Teoria geral do delito*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988.

BARROS, Marco Antonio de. *A busca da verdade no processo penal*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2002.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan (Orgs.). *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1955.

BASTOS, Celso Ribeiro. *Hermenêutica e interpretação constitucional*. São Paulo: Ed. Celso Bastos, 1997.

BATISTA, Nilo. *Introdução crítica ao direito penal brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro : Revan, 1990.

_____. Notas históricas sobre a teoria do delito no Brasil. *Ciências Penais*, São Paulo, n. 1, 2004.

BECK, Ulrich. *O que é globalização?* Equívocos do globalismo, respostas à globalização. Trad. André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1973.

BERTULIO, Dora. O “novo” direito velho: racismo & direito. 2003. In: WOLKMER, Antônio Carlos; LEITE, José Rubens Morato (Orgs.). *Os “novos” direitos do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2003.

BIANCHINI, Alice. Pressupostos materiais mínimos da tutela penal. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2002.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. 4 v.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. São Paulo: Ed. Campus, 2004.

_____. *Elogio à serenidade e outros escritos morais*. São Paulo: Unesp, 2002.

_____. *O positivismo jurídico*. São Paulo: Paz e Terra, 1992b.

_____. *Teoria da norma jurídica*. 2. ed. Trad. Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti. Bauru: Edipro, 2003.

- BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. Brasília: Ed. da UnB, 1999.
- BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BONESANA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Trad. Lucia Guidicini e Alessandro Berti Contessa. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BOUDON, Raymond. *A ideologia: ou a origem das ideias recebidas*. São Paulo: Ática, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- _____. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Ed. Zouk, 2007.
- _____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 2005.
- BRANDÃO, Cláudio. *Teoria jurídica do crime*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- BRASIL. Constituição Federal. 1988b.
- _____. Lei Federal 7.716/89, alterada pela Lei Federal 9.459/97.
- _____. Programa Nacional dos Direitos Humanos. *Gênero e raça: todos pela igualdade de oportunidades: teoria e prática*. Brasília: MTb-a/Assessoria Internacional, 1998.
- BRUNO, Aníbal. *Das penas*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1976.
- _____. *Direito penal*. Rio de Janeiro : Forense, 1967. t. 1, 2 e t. 3.
- BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução em França*. Brasília: Ed. da UnB, 1982.
- CABETTE, Eduardo Luiz Santos. *Responsabilidade penal da pessoa jurídica*. Curitiba: Juruá, 2003.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. 4. ed. Coimbra: Almedina, 2000.
- CARBONELL, Miguel; SALAZAR, Pedro. Garantismo. *Estudios sobre el pensamiento jurídico de Luigi Ferrajoli*. Madrid: Trotta, 2005.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Construindo a democracia racial*. Brasília: Presidência da República, 1998. (Coleção Documentos da Presidência da República).
- CARNELUTTI, Francesco. *As misérias do processo penal*. Trad. Luís Fernando Lobão de Moraes. Campinas: Edicamp, 2002.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHIAVENATO, Julio José. *O negro no Brasil: da senzala à guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

COELHO, Edihermes Marques. *Direitos humanos, globalização de mercados e o garantismo como referência jurídica necessária*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Lógica jurídica: uma introdução*. Um ensaio sobre a logicidade do Direito. São Paulo: Educ, 1995.

COELHO, Luiz Fernando. *Teoria crítica do direito*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

COELHO, Yuri Carneiro. Bem jurídico-penal. *Ciências Criminais*, Belo Horizonte, v. 8, 2003.

COMPARATO, Fabio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 2. ed., São Paulo: Saraiva, 2003.

CORRÊA FILHO, Cezário. Humor, racismo e julgamento: ou sobre como se processa a idéia de racismo no judiciário brasileiro. *THEMIS: revista da ESMEC*, 2008.

COSTA JUNIOR, Paulo José da; CERNICCHIARO, Luiz Vicente. *Direito penal na Constituição*. 3. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1995.

CREUS, Carlos. ¿Garantismo vs. funcionalismo? *Nueva Doctrina Penal*. Buenos Aires, Editores del Puerto, 1997

D'AVILA, Fabio Roberto; SOUZA, Paulo Vinicius Sporleder de (Coords.). *Direito penal secundário: estudos sobre crimes econômicos, ambientais, informáticos e outras questões*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, Coimbra: Coimbra Ed., 2006.

DATA Protection. *Human Rights and Legal Affairs*. Disponível em: <http://www.coe.int/T/E/Legal_affairs/Legal_co-operation/Data_protection/>.

DE LUCCA, Newton; SIMÃO FILHO, Adalberto (Coord.). *Direito & internet*. Bauru: Edipro, 2001.

DEL VECCHIO, Giorgio. *Princípios gerais do direito*. Belo Horizonte: Líder, 2003.

DEODATO, Felipe Augusto Forte de Negreiros. Qual o caminho seguro para uma Gesamte Strafrechtswissenschaft, nesses tempos de fatos puníveis secundários? In: D'AVILA, Fabio Roberto; SOUZA, Paulo Vinicius Sporleder de (Coords.). *Direito penal secundário: estudos sobre crimes econômicos, ambientais, informáticos e outras questões*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, Coimbra: Coimbra Ed., 2006.

DÍEZ RIPOLLÉS, José Luis. Exigencias sociales y política criminal. *Claves de Razón Práctica*, Madrid, n. 85, 1998.

_____. O direito penal simbólico e os efeitos da pena. *Ciências Penais*, São Paulo, n. 0, 2004.

_____. *A racionalidade das leis penais*. Trad. Luiz Regis Prado. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2005.

DIREITOS HUMANOS. PNDH. *Ministério da Justiça*. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh3/pndh3.pdf>>.

DU BOIS, W. E. B. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

DUNCAN, Quince; POWEL, Loren. *Teoría y práctica del racismo*. Costa Rica: DEI, 1988. (Colección Analisis).

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Material Escolar, 1978.

DWORKIN, Ronald. *Liberalismo, constitución y democracia*. Buenos Aires: La Isla de la Luna, 2003.

FANON, Frantz. *Pele negra: máscaras brancas*. Porto: A. Ferreira, 1969.

FARIA, José Eduardo. *Direitos humanos, direitos sociais e justiça*. São Paulo: Malheiros Ed., 1994.

_____. As transformações do direito. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 22, 1998.

FERRAZ JR, Tércio Sampaio. *Direito constitucional*. Barueri: Manole, 2007.

_____. *Introdução ao estudo do direito*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1980.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Positivo, 2009.

FERREIRA, Ivete Senise. *Direito e internet: aspectos jurídicos relevantes*. São Paulo: Ed. Edipro, 2001.

_____. Direito penal primitivo. In: FRANÇA, Rubens Limongi (Org). *Enciclopédia Saraiva do Direito*. São Paulo: Saraiva, 1977. v. 2.

_____. *Tutela penal do patrimônio cultural*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1995.

FERREIRA, Luis Pinto. *Princípios gerais de direito constitucional moderno*. São Paulo: Saraiva, 1983.

FERREIRA, Pinto. Eficácia (Direito constitucional). In: FRANÇA, Rubens Limongi (Org). *Enciclopédia Saraiva do Direito*. São Paulo: Saraiva, 1977. v. 30.

FERREIRA, Ricardo Franklin. *Afrodescendente: identidade em construção*. São Paulo; Rio de Janeiro: EDUC; FAPESP; Pallas, 2000.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *O poder constituinte*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. *Princípios fundamentais do direito constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2009.

FERRI, Enrico. *Discursos forenses* (defesas penais). São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. *Princípios de direito criminal*. Campinas: Bookseller, 1999.

FIORI, José Luis da Costa *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. *Vigiar e punir*. 30. ed. Trad.: Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2005.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Conduta punível*. 1961. Dissertação (Livre Docência da Cadeira de Direito Penal) - Faculdade Nacional de Direito. São Paulo: José Bushatsky, 1961.

_____. *Direito penal e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

_____. *Lições de direito penal: parte geral*. São Paulo: Bushatsky, 1976.

_____. *Lições de direito penal: parte geral*. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

FRANÇA, Rubens Limongi. Bem jurídico. In: FRANÇA, Rubens Limongi (Org). *Enciclopédia Saraiva do Direito*. São Paulo: Saraiva, 1977. v. 10.

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. Recife: Brasiliana, 1931.

GIDDENS, Antony. *A sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GOLDBERG, D. T. Modernity, race and morality. In: ESSED, P.; GOLDBERG, D. T. (Orgs.). *Race: critical theories, text and context*. Malden, Oxford: Blackwell Publishers, 2002.

GOMES, Luis Flavio. *Norma e bem jurídico no direito penal*. São Paulo: Ed. revista dos Tribunais, 2002.

GOULD, Stephen Jay. 'Introdução' In: _____. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GRACI A MARTÍN, Luís. O finalismo como método sintético real-normativo para a construção da teoria do delito. *Ciências Penais*, São Paulo, n. 2, p. 5-28, 2005.

GRECO FILHO, Vicente. Algumas observações sobre o direito penal e a internet. *Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM*, São Paulo, ano 8, n. 95, esp. out. 2000.

_____. Intuição e prova processual. *Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*, - IBCCRIM, São Paulo, n. 128, jul. 2003.

GUARAGNI, Fábio André. *As teorias da conduta em direito penal: um estudo da conduta humana do pré-causalismo ao funcionalismo pós-finalista*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2005. (Série as Ciências Criminais no Século XXI, v. 12.).

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 47, n. 1, 2004. *Scielo Brazil*. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012004000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 abr. 2010.

_____. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____. O racismo como consequência. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 nov. 2006. Brasil, Debates.

GUIMARÃES, Claudio Alberto Gabriel. O impacto da globalização sobre o direito penal. *Ciências Penais*, São Paulo, n. 1, 2004.

HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição. Contribuição para a interpretação pluralista e 'procedimental' da Constituição*. Trad. Gilmar Mendes. Porto Alegre: SAFE, 1997.

HASENBALG, C. A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

_____; VALLE, Nelson. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

HESSE, Konrad. *A força normativa da Constituição*. Trad.: Gilmar Ferreira Mendes diretamente da edição alemã de 1959 (Die normative kraft der verfassung. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1959). Porto Alegre: SAFE, 1991.

HIRSCH, Hans Joachim. Derecho penal. In: *Obras completas: libro homenaje*. Buenos Aires: Editorial Rubinzal Culzoni, 2000. t. 2.

_____. Sobre o estado atual da dogmática jurídico-penal na Alemanha. Trad.: Luís Greco. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 58, 2006.

HUNGRIA, Nelson; LACERDA, Romão Cortes. *Comentários ao Código Penal*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1959. v. 8.

IANNI, Octávio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IHERING, Rudolf von. *A luta pelo direito*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

ITURRATE, José Luis. *Para comprender la teoría sociológica*. Estella-Navarra: Verbo Divino, 1998.

JESUS, Damásio Evangelhista de. *Código Penal anotado*. São Paulo: Saraiva, 1998.

JODELET, Denise. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. 3. ed. Trad. J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2003.

KIELING, Antônio Carlos. Paradigmas para um novo intérprete do direito a hermenêutica jurídica e suas (de)cifrações. Academia Brasileira de Direito em 7.10.2006. Disponível em: <http://www.abdir.com.br/doutrina/ver.asp?art_id=697&categoria=TGD> Acesso em: 17 out. 2007.

LAFER, Celso. *A internacionalização dos direitos humanos: Constituição, racismo e relações internacionais*. Barueri: Manole, 2005.

_____. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Nova Fronteira, 1991.

LANE, S T. M. Usos e abusos do conceito de representação social In: SPINK, M. J. *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 58-72.

LARA, Silvia Hunold (Org.). *Ordenações Filipinas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Livro V.

LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e história*. Lisboa: Presença, 2000.

LOCKE. *Dois tratados sobre o governo*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LOPES, Jair Leonardo. *Curso de direito penal*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2005.

LORENZETTI, Ricardo Luis. In: DE LUCCA, Newton; SIMÃO FILHO, Adalberto (Coord.). *Direito & internet*. São Paulo: Edipro, 2001.

LUIZI, Luiz. Direitos humanos: repercussões penais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 21, p. 75-80, 1998.

_____. *Os princípios constitucionais penais*. 2. ed. Porto Alegre: SAFE, 2003.

LUKES, S. Bases para a interpretação de Durkheim. In: COHN, G. *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

LUNA, Everardo da Cunha. Bem jurídico (direito penal). In: FRANÇA, Rubens Limongi (Org). *Enciclopédia Saraiva do Direito*. São Paulo: Saraiva, 1977. v. 10.

LYRA FILHO, Roberto. Ideologias jurídicas. In: _____. *O que é Direito?* 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. *O que é direito?* São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARQUES, Frederico. *Tratado de direito penal*. São Paulo: Saraiva, 1965.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. *A ciência do direito: conceito, objeto, método*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *A questão judaica*. São Paulo: Centauro, 2000.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *O conteúdo jurídico do princípio da igualdade*. São Paulo: Malheiros Ed., 2005.

MIRABETE, Julio Fabbrini. *Código Penal interpretado*. São Paulo: Atlas, 2000.

MORIGI, Valdir José. Teoria social, comunicação: representações sociais, produção de sentidos e construção dos imaginários midiáticos. *Revista Eletrônica E-Compos*, n. 1, dez. 2004. Disponível em: <www.compos.org.br/e-compos>. Acesso em: 31 mar. 2005.

MOSCOVICI, Serge. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Cadernos Penesb* (Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade brasileira), Rio de Janeiro, n. 5, p. 15-34, 2004.

_____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO, 1. Rio de Janeiro, nov. 2003.

NILS, Christie. *A indústria do controle do crime*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 31. *Anais...* São Paulo, 1954. v. 1.

NORONHA, Edgard Magalhães. *Curso de direito processual penal*. São Paulo: Saraiva, 1998.

_____. *Direito penal: parte geral*. São Paulo: Saraiva, 1980.

O'DEA, Thomas F. *Sociologia da religião*. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Pioneira, 1969.

OLIVO, Luis Carlos Cancelier de. *Aspectos jurídicos do comercio eletrônico*. Florianópolis. Boitteux, 2000.

ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas-SP: Pontes, 2005.

PECES-BARBAS, Gregório. Problemas generales. In: _____. *Curso de derechos fundamentales: teoría general*. Madrid: Universidad Carlos III, 1995.

PIMENTEL, Manoel Pedro. *O crime e a pena na atualidade*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1984.

PIOVESAN, Flavia. A Constituição de 1988 e os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos. *Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista3/rev6.htm>>.

_____. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. São Paulo: Saraiva, 2006.

PIOVESAN, Flavia. *Temas de direitos humanos*. 2. ed. São Paulo: Limonad, 2003.

_____. GUIMARÃES, Luis Carlos Rocha. Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial in *Direitos Humanos: Construção da Liberdade e da Igualdade*. São Paulo: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, 1998.

QUEIROZ, Paulo de Souza. *Do caráter subsidiário do direito penal: lineamentos para um direito penal mínimo*. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

_____. *Funções do direito penal*. 2. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2005.

_____. A justificação do direito de punir na obra de Luigi Ferrajoli: algumas observações críticas. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 27, 1999.

REALE JR, Miguel. Eficácia (Filosofia do direito). In: FRANÇA, Rubens Limongi (Org). *Enciclopédia Saraiva do Direito*. São Paulo: Saraiva, 1977. v. 30.

_____. *Fontes e modelos do direito: para um novo paradigma hermenêutico*. São Paulo: Saraiva, 1986.

_____. *Instituições de direito penal: parte geral*. Rio de Janeiro: Forense, 2002. v. 1.

_____. *Lições preliminares de direito*. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. *Teoria do delito*. 2. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2005.

ROXIN, Claus. *Sentidos e limites da pena estatal: problemas fundamentais do direito penal*. Lisboa: Veja, 1993.

_____. *Sentidos e limites da pena estatal: problemas fundamentais do direito. Política criminal e sistema jurídico-penal*. São Paulo: Renovar, 2002.

SAFERNET BRASIL. Disponível em: <www.safernet.com.br>.

SANT'ANA, A. O. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, K. (Org.). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. Brasília: MEC-SECAD, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamentos, 1987.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do ser negro*. São Paulo; Rio de Janeiro: Pallas; EDUC; Fapesp, 2002.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2009.

_____. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 3. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2003.

_____. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 6. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2006.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001.

_____. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2004.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Circunstâncias do crime. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 23, 1998.

_____. *Criminologia*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2004.

SILVA, Christine Oliveira Peter da. *Hermenêutica de direitos fundamentais*. Brasília: Brasília Jurídica, 2005.

SILVA, José Afonso da. *Comentário contextual à Constituição*. São Paulo: Malheiros Ed., 2005.

_____. *Curso de direito constitucional positivo*. 17. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2000.

_____. *Curso de direito constitucional positivo*. 22. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2003.

_____. *Democracia, segurança e garantismo*. Brasília: Notícia do Direito Brasileiro, 2000.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SMANIO, Gianpaolo Poggio. *Tutela penal dos interesses difusos*. São Paulo: Atlas, 2000.

SPINK, M. J. *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

TELLES JÚNIOR, Goffredo. *Tratado da consequência: curso de lógica formal com uma dissertação preliminar sobre o conhecimento humano*. São Paulo: José Bushatsky, 1962.

TOLEDO, Francisco de Assis. *Princípios básicos do direito penal*. São Paulo: Saraiva, 1994.

TRINDADE, A. A. C. Direito internacional e direito interno: sua interação na proteção dos Direitos Humanos. In: ESTADO DE SÃO PAULO. *Instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos*. Grupo de Trabalho de Direitos Humanos. São Paulo: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, 1996.

UNESCO. Declaração sobre Raça e Preconceito Racial. 27 nov. 1978.

WELZEL, Hans. *Derecho penal alemán: parte general*. 12. ed. Chile: Editorial Jurídica de Chile, 1987.

_____. *O novo sistema jurídico-penal: uma introdução à doutrina da ação finalista*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2001.

WOLKEMER, Antonio Carlos. *Introdução ao pensamento jurídico-crítico*. São Paulo: Acadêmica, 1991.

_____. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura do Direito*. São Paulo: Alfa Ômega, 1997.

_____; LEITE, José Rubens Morato (Orgs.). *Os “novos” direitos do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2003.